

CAPÍTULO 2 A elite política nacional: definições

Boa parte da literatura sobre elites de alguns anos atrás preocupava-se, como já foi lembrado, com a pergunta "quem manda?", isto é, com a identificação precisa das pessoas ou grupos que realmente exerciam o poder. O debate freqüentemente se desviava para questões de métodos de localização dessas pessoas ou grupos. Desenvolveram-se dois métodos principais, um chamado de posição e o outro de decisão. O primeiro definia a elite política como se constituindo das pessoas que ocupavam posições formais de poder. O segundo alegava que o poder formal podia não coincidir com o poder real e sugeria o exame de decisões concretas para que fosse detectado o poder em ação e as pessoas que realmente o exerciam. Alguns autores tentaram naturalmente combinar os dois métodos e outros levaram mais longe a crítica chamando a atenção para o fato de que o poder nem sempre se exerce apenas pelas decisões tomadas mas também pelas não-decisões!

Não entraremos aqui nesse debate. Quer-nos parecer que a estrutura política do Império era suficientemente simples para dispensar tais preocupações. Havia uma razoável indiferenciação de esferas de influência e de focos de poder para permitir-nos utilizar, sem muito receio de errar além do tolerável, o critério das posições formais para definir a elite política real. É razoável supor que as decisões de política nacional eram tomadas pelas pessoas que ocupavam os cargos do Executivo e do Legislativo, isto é, além do imperador, os conselheiros de Estado, os ministros, os senadores e os deputados.

Houve momentos em que se formaram sociedades políticas, às vezes abertas, às vezes secretas, que chegaram a exercer influência considerável, sobretudo na Regência. Mas em geral duraram pouco tempo e além disso vários de seus líderes ocupavam também posições formais de poder. O mesmo aconteceu com alguns gabinetes secretos no início do Primeiro e Segundo Reinados, logo desaparecidos. Os partidos políticos, por sua vez, eram

totalmente parlamentares e seus líderes estavam no Parlamento e no governo. Mesmo o Partido Republicano tinha alguns de seus líderes no Congresso, embora nunca tivessem chegado ao Senado ou ao Conselho de Ministros, pelo menos enquanto republicanos².

Havia também algumas associações de classe que poderiam ter exercido influência política. A primeira delas foi a *Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional*, criada em 1827 e substituída em 1904 pelo *Centro Industrial do Brasil*. A *Sociedade* publicou desde 1833 o mensário *O Auxiliador da Indústria Nacional*. Como se pode facilmente imaginar, não se tratava exatamente de indústria no sentido que lhe damos hoje. O termo na época se referia à atividade produtiva em geral e a principal indústria era a agrícola, dela cuidando principalmente a *Sociedade*. Não nos parece também que se tratava de um organismo de natureza política, capaz de pressionar o governo em favor de medidas de defesa da indústria, agrícola ou não. Em primeiro lugar, a *Sociedade* tinha cunho quase oficial, pois recebia dotações do orçamento geral e contava entre seus membros boa parte dos políticos mais importantes da época, alguns dos quais, como o marquês de Olinda, o marquês de Abrantes e o visconde do Rio Branco, a dirigiram. Em segundo lugar, o tom das posições da *Sociedade* era dado pelos secretários-gerais e era de natureza muito mais técnico-científica do que política. Um secretário típico foi, por exemplo, Frederico César Leopoldo Burlamaque, doutor em ciências matemáticas e naturais pela antiga Escola Militar, que renunciou à secretaria para ser o redator de *O Auxiliador*, no qual colaborava assiduamente defendendo reformas técnicas e sociais na agricultura. A *Sociedade* era algo mais próximo de um centro de estudos ou sociedade literária. A participação dos políticos nela era mais simbólica e honorífica do que instrumental³.

Isto não significa que a *Sociedade* fosse um órgão totalmente inútil do ponto de vista da formulação e implementação de políticas. Ela servia de fórum no qual os elementos mais progressistas defendiam seus pontos de vista e se esforçavam de vários modos — inclusive distribuindo sementes, fornecendo máquinas para demonstração, publicando manuais — por introduzir reformas. O debate sobre a mão-de-obra agrícola, com posições favoráveis à substituição do trabalho escravo, encontrou desde cedo acolhida na *Sociedade* e em *O Auxiliador*. Mas tanto as campanhas práticas dirigidas aos agricultores como os apelos mais gerais em prol da reforma das instituições não

parecem ter tido muito êxito. Elementos do governo poderiam usar uma vez ou outra os estudos da *Sociedade* para defender reformas, mas a instituição como tal não parece ter exercido peso político que merecesse atenção especial.

Mais importante foi a *Associação Comercial*, criada em 1820 sob o nome de *Corpo do Comércio* sob proteção de D. João VI. Logo no ano seguinte sua sede foi palco de sangrentos acontecimentos ao ser invadida pelas tropas que procuravam dispersar os votantes que lá insistiam na permanência do rei no Brasil. Foi reaberta somente em 1834 sob o nome de *Sociedade dos Assistentes da Praça do Rio de Janeiro*. Em 1867 passou a adotar o nome de *Associação Comercial*⁴.

O peso político da *Associação* é mais difícil de avaliar do que o da *Sociedade Auxiliadora*. Pelo critério formal de participação em cargos políticos, ela seria considerada menos importante do que a *Sociedade*, pois seus presidentes de 1834 a 1889 deram apenas um senador e um deputado geral. Um levantamento de 24 companhias de seguro e oito bancos particulares, no período entre 1850 e 1889, revelou que apenas três diretores tinham ocupado postos políticos, dois como deputados, um como senador. Mas o panorama se modifica se considerarmos sua participação na direção do Banco do Brasil, o principal órgão de execução da política financeira. Verifica-se então que 11 diretores dos bancos e 10 das companhias de seguro ocuparam também postos de direção no Banco do Brasil⁵. Por meio dessa participação, os comerciantes certamente influenciavam a política monetária.

Em alguns casos especiais, a *Associação* tentou exercer pressão política abertamente. No período agitado e inflacionário de 1857-59 ela pressionou o Congresso em favor de uma política emissionista e tentou influenciar as eleições legislativas⁶. Mas em geral ela permaneceu muda durante os principais debates que agitaram a vida nacional. A própria composição do comércio do Rio de Janeiro, em que a maior parte dos varejistas eram portugueses e a maior parte dos atacadistas eram ingleses, contribuiu para afastá-la das atividades políticas e para limitar seu envolvimento à defesa estrita de seus interesses econômicos. O conselho diretor da *Associação* era geralmente formado de dois brasileiros, dois ingleses, um português, um francês, um norte-americano, um espanhol e um alemão⁷. Quando surgiam grandes debates como o da abolição da escravidão, a *Associação* não conseguia, por falta de consenso interno, tomar posição firme. Alguns de seus membros eram

certamente contra a escravidão, como era o caso de Mauá e de Teófilo Otoni. Mas muitos outros, por sua ligação com os grandes cafeicultores, eram favoráveis à escravidão, ou no máximo favoráveis à abolição lenta e gradual.

Mas sabe-se também que os imperadores, de D. João VI a Pedro II, e às vezes o próprio governo, dependiam de grandes capitalistas para empréstimos pessoais e públicos. Pedro II, apesar de sua conhecida aversão por homens de negócio (em seu governo somente um comerciante chegou a marquês), teve que recorrer a eles para financiar suas viagens à Europa⁸. O próprio Mauá por longo tempo gozou de estreitas relações com o governo, sobretudo com políticos conservadores. Parece, portanto, que esse grupo de comerciantes e financistas, embora não participasse formalmente das posições de poder, merece estudo adicional a fim de se estabelecer sua real influência nas decisões políticas. Não se exclui, no entanto, que essa influência tenha sido exercida por intermediários políticos, na medida em que muitos deles poderiam estar vinculados aos homens de negócio por laços de parentesco e amizade. Mas é possível que em certas áreas específicas, como a manipulação do câmbio, grandes banqueiros e comerciantes estrangeiros tivessem uma capacidade de manobra que escapasse ao controle do governo. Nossa pesquisa não permite responder a essas perguntas.

Outra instituição que merece referência é a imprensa. O Império foi o período da história brasileira em que a imprensa foi mais livre. Mas ela não constituía poder independente do governo e da organização partidária. Havia folhas independentes, como o *Journal do Commercio* e os jornais radicais. Mas eram poucos e com raras exceções não duravam muito. A grande maioria era vinculada a partidos ou a políticos. O governo tinha sempre seus jornais, o mesmo acontecendo com a oposição. Os jornalistas lutavam na linha de frente das batalhas políticas e muitos deles eram também políticos. Muitos políticos, por seu lado, escreviam em jornais nos quais o anonimato lhes possibilitava dizer o que não ousariam da tribuna da Câmara ou do Senado. A imprensa era, na verdade, um fórum alternativo para a tribuna, importante principalmente para o partido na oposição muitas vezes sem representação alguma na Câmara. D. Pedro II considerava a imprensa um dos principais canais de manifestação da opinião pública⁹. É conhecida a importância que dava às opiniões divulgadas na imprensa por notórios críticos como Tavares Bastos. Mas, novamente, os mais importantes

jornalistas da época foram também políticos, bastando citar Evaristo da Veiga, Justiniano José da Rocha, Firmino Rodrigues Silva, Francisco Otaviano, Saldanha Maranhão e outros. A imprensa era importante e influente como instituição, mas os jornalistas como tais não constituíam um grupo de elite à parte da elite política¹⁰.

Pode-se também levantar o problema do Exército e da Marinha. Mas um dos notáveis aspectos da política imperial foi justamente ter conseguido manter a supremacia do poder civil. Pode-se dizer que desde 1831 até o surgimento das questões militares no início dos anos 80 o Exército teve reduzida influência nas decisões da política nacional. Um dos melhores indicadores dessa situação é o fato de que freqüentemente os ministérios militares eram ocupados por políticos civis. Gerais e almirantes eram na maioria das vezes indicados para posições políticas como membros de partidos ou como técnicos e não como representantes de suas corporações. Caxias era chamado para presidir o Conselho de Ministros como líder de confiança do Partido Conservador e não como general do Exército. Não há dúvida de que a tentativa que faziam os partidos de cooptar líderes militares para suas fileiras indicava de alguma maneira que lhes atribuíam importância. Mas esse procedimento se accentuou apenas depois da Guerra do Paraguai e, além disso, a possibilidade de cooptação indicava também o reduzido poder da corporação como tal¹¹.

O governo imperial foi profundamente civil e os políticos se orgulhavam em apontar as vantagens do sistema brasileiro sobre os governos militares das repúblicas vizinhas. A convicção da legitimidade do governo civil era tão forte que se tornou um obstáculo à percepção da seriedade da ameaça representada pela oposição militar ao final do Império. Após a Guerra do Paraguai, começou a formar-se uma contra-elite militar, de características distintas das da elite civil, tanto em termos sociais como ideológicos. Mas ela permaneceu marginal até o fim. Seu estudo tem interesse pelo que nos diz sobre as razões da cisão entre a burocracia civil e a militar e sobre a incapacidade das elites políticas e do sistema político por elas criado de absorver o tipo de demanda e de liderança que despertava nas fileiras militares¹².

Pode-se perguntar também pela elite eclesiástica. Não há dúvida de que a Igreja era uma instituição influente. Era parte da burocracia estatal. É igualmente inegável que houve intensa participação política de padres em cer-

tos períodos. Mas seria exagerado dizer que a Igreja como instituição teve grande influência na formulação das políticas públicas, a não ser em certos pontos que lhe diziam respeito mais de perto, como a educação e o casamento civil. Além disso, a participação dos padres freqüentemente se dava em desacordo com as posições da hierarquia. O sentimento geral da elite política brasileira, assim como era antimilitar, era também anticlerical, na melhor tradição do regalismo português, e o exemplo no Segundo Reinado vinha do próprio trono. Incluímos assim nesse estudo da elite política apenas os eclesiásticos que ocuparam posições formais de representação ou administração.

Finalmente, é preciso dizer algo sobre o segundo escalão da burocracia, presidentes de província, diretores, chefes de seção. Quanto aos presidentes, estão em boa parte incluídos na elite nacional como a definimos, pois a presidência era um passo na carreira do político. Os presidentes que não conseguiram chegar ao Congresso ou ao Ministério simplesmente não atingiram a política nacional e caberiam melhor num estudo de elites locais. Quanto aos outros funcionários, é difícil obter informação sobre eles e avaliar sua influência. Alguns, sem dúvida, chegaram a posições de importância política. Mas muitos outros permaneceram nos escalões médios da burocracia. Havia entre eles elementos competentes que devem ter exercido alguma influência por via dos ministros. O melhor exemplo de que temos notícia é João Batista Calógeras, funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros e depois do Ministério do Império¹³. Mas é difícil avaliar o peso político desses elementos como um grupo. Sabemos ao certo apenas que a eles devermos quase todos os documentos e relatórios que são hoje as fontes mais ricas para o estudo da história imperial.

O emprego público era procurado sobretudo como sinecura, como fonte estável de rendimentos. A maioria dos escritores da época, por exemplo, sobrevivia à custa de algum emprego público que deles exigia muito pouco¹⁴. Não há indicação da existência de qualquer *esprit de corps* na burocracia imperial, semelhante ao encontrado na burocracia prussiana. Assim, discutiremos alguns de seus aspectos mais gerais e alguns dos principais subsectores em que se dividiam a magistratura, o clero, os militares. No que se refere ao topo da burocracia, ele se identificava na quase totalidade com a elite política como a definimos.

Estamos supondo, portanto, com as cautelas mencionadas, que o grupo que estaremos analisando inclui a quase totalidade dos homens que tomavam decisões dentro do governo central. Os limites de seu poder de decisão eram os limites do poder do governo. Esses limites existiam e serão discutidos em *Teatro de Sombras*, segunda parte desta obra, quando o problema do Estado passará para o primeiro plano da análise. Aqui estaremos preocupados com o problema de quem tomava as decisões dentro da estrutura do Estado e não com o escopo e conteúdo das decisões.

Antes de dar início à análise dos dados, convém dizer algo sobre cada um dos grupos de elite a serem estudados. O mais importante é o grupo dos ministros. De acordo com a Constituição imperial, os ministros eram os agentes do Poder Executivo, cujo titular era o imperador, que tinha total liberdade em escolhê-los. Após a introdução da figura do presidente do Conselho de Ministros em 1847, o imperador limitava-se geralmente a escolher o presidente que por sua vez escolhia seus auxiliares em consultas com o chefe do governo. Quando o ministro escolhido era deputado, tinha que submeter-se a nova eleição e deveria renunciar se não fosse reeleito. Com exceção dos militares, era rara a escolha de ministros que não fossem parlamentares. Havia seis ministérios até 1861; após essa data, sete.

O grupo seguinte são os senadores. Pela lei, eram escolhidos pelo imperador de listas tríplices eleitas por votação popular. O poder do Senado era em boa parte devido à vitaliciedade de seus membros. Alguns senadores chegaram a ocupar o cargo por mais de 30 anos. O número de senadores era a metade do número de deputados, 50 no início e 60 ao final do Império, e variava de província para província, de acordo com a população de cada uma. Os requisitos para a senatoria eram idade mínima de 40 anos e renda de 800\$000 por ano.

Seguem os deputados gerais, o grupo mais numeroso e menos poderoso, embora talvez nunca tivesse tido tanto poder como no Império. A deputação era um importante passo na carreira política, e a Câmara possuía de direito e de fato mais poder do que nos regimes subseqüentes. Apesar de o sistema imperial nunca se ter igualado ao modelo parlamentar inglês que pretendia imitar, houve vários exemplos de queda de gabinetes por votação da Câmara, cujo poder atingiu o auge durante a Regência, quando ficou suspenso o exercício do poder moderador que entre outras atribuições incluía

a de dissolvê-la e convocar novas eleições. Após a Regência, os deputados raramente completavam os quatro anos de mandato devido às frequentes dissoluções. Em número de 100 na primeira legislatura regular (1826), eles eram 125 na última legislatura (1886). Os requisitos para a eleição eram idade mínima de 25 anos e renda mínima de 400\$000.

O último grupo é formado pelos conselheiros de Estado. O primeiro Conselho foi criado em 1823 e extinto pela reforma constitucional de 1834. Novo Conselho surgiu em 1841 e durou até o final do Império. Era composto de 12 conselheiros ordinários e 12 extraordinários, nomeados pelo imperador. O cargo era vitalício mas os conselheiros podiam ser suspensos de suas funções por períodos indefinidos de tempo. Os ministros que fossem conselheiros não participavam das deliberações. O Conselho foi chamado de "cérebro da monarquia" por Joaquim Nabuco e certamente incluía o topo da elite política. Quase todos os conselheiros foram também ministros e senadores.

As fontes de dados biográficos e os problemas encontrados em seu levantamento são discutidos no apêndice. Há mais informações disponíveis sobre ministros, senadores e conselheiros, razão pela qual nosso esforço se concentrou nesses grupos. A tentativa de completar informações só era interrompida quando o rendimento do esforço se aproximava de zero. Mesmo assim, informações sobre alguns aspectos importantes, como a ocupação dos pais, frequentemente não foram encontradas. Parece-nos, no entanto, que melhoria significativa na qualidade e quantidade das informações só será possível mediante intenso e extenso levantamento de obituários em jornais e de material genealógico sobre grupos familiares. Esse levantamento não nos foi possível fazer¹⁵.

Como observação final, algo sobre o problema da periodização. O Império durou 67 anos, período suficientemente longo para permitir mudanças importantes na composição da elite. Daí a necessidade de subdividi-lo a fim de se poder detectar essas modificações. Adotamos subdivisão em cinco períodos, procurando localizar os cortes em momentos politicamente importantes. Alguns desses momentos são mais fáceis de justificar, outros menos. Há divergência entre os autores quanto à periodização, mas o problema não é de importância tão vital para o presente trabalho a ponto de justificar discussões mais profunda. O importante é permitir pela análise diacrônica detectar o aparecimento de possíveis mudanças¹⁶.

Assim, definimos como os dois primeiros períodos o Primeiro Reinado (1822-1831) e a Regência (1831-1840). São fases bem marcadas por transformações políticas. O fim do Primeiro Reinado significou o afastamento de muitos políticos ligados a Pedro I e a entrada em cena de nova geração de líderes. Ao final da Regência, a nova geração chegava ao Senado e ao Conselho de Estado, já dividida em conservadores e liberais. Os períodos seguintes são de mais difícil definição. Tomamos dois ministérios geralmente considerados como pontos de inflexão da política imperial e colocamos aí os cortes. O primeiro foi o do marquês do Paraná (1853), conhecido como Ministério da Conciliação. Significou o fim de uma fase de lutas entre liberais e conservadores culminada tragicamente para os primeiros na Revolução Praieira, a última de grande porte do Império. Trouxe também a posição de liderança um grupo de jovens políticos que tiveram grande influência nos anos seguintes. Além disso, o Ministério se beneficiou das transformações econômicas que se processavam desde o final do tráfico de escravos em 1850.

O segundo Ministério foi o de Rio Branco (1871), o mais longo do Império. Rio Branco era um dos jovens políticos chamados ao Ministério por Paraná em 1853. Foi o mais brilhante diplomata do Império e um típico conservador modernizante, cujo plano político era esvaziar o programa liberal realizando suas reformas. De fato, seu gabinete fez aprovar grandes reformas, a maior das quais sem dúvida a Lei do Ventre Livre. Além disso, seu governo presenciou também transformações mais amplas que vieram na esteira do final da Guerra do Paraguai, incluindo a formação do Partido Republicano em 1870. Por essa época, desapareceram de cena os principais líderes formados nas lutas da Regência e nova geração ocupou as posições de poder. Essa geração não tinha passado pelas dramáticas experiências do período regencial e pelas dificuldades iniciais de manter o país unido e organizar um poder civil suficientemente forte para sustentar os interesses dominantes no país e suficientemente legítimo para evitar o militarismo.

Os cinco períodos ficaram, portanto, assim definidos:

1. Primeiro Reinado, 1822-1831;
2. Regência, 1831-1840;
3. Consolidação, 1840-1853;
4. Apogeu, 1853-1871;
5. Declínio e Queda, 1871-1889.

NOTAS

1. O debate deu-se principalmente entre cientistas políticos e sociólogos norte-americanos na década de 60. Alguns textos substantivos e metodológicos que o marcaram: C. Wright Mills, *The Power Elite*; Floyd Hunter, *Community Power Structure*; Robert A. Dahl, *Who Governs?*; e "A Critique of the Ruling Elite Model", *American Political Science Review*, LII (junho, 1958), p. 463-469; John Walton, "Discipline, Method, and Community Power: A Note on the Sociology of Knowledge", *American Sociological Review*, XXXI, 5 (outubro, 1966), p. 684-689; Peter Bachrach e Morton S. Baratz, "Two Faces of Power", *American Political Science Review*, LVI (dezembro, 1962), p. 947-952.
2. Sobre as sociedades do início da Regência, ver Octávio Tarquínio de Souza, *Evaristo Ferreira da Veiga*. Para S. Paulo, existe o estudo de Augustin Wernet, *Sociedades Políticas (1831-1832)*.
3. Sobre a *Sociedade Auxiliadora*, além da coleção de sua revista oficial, *O Auxiliador da Indústria Nacional*, ver Edgard Carone, *O Centro Industrial do Brasil e sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)*.
4. Para uma história da *Associação Comercial*, ver Eudes Barros, *A Associação Comercial no Império e na República. Antecedentes Históricos*.
5. Esses dados nos foram gentilmente cedidos por Fernando José Leite Costa, à época aluno do Mestrado de Ciência Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. A fonte a que recorreu foi o *Almanak Laemmert*.
6. Ver os comentários de um contemporâneo em J. M. Pereira da Silva, *Memórias do Meu Tempo*, volume I, especialmente p. 283.
7. Eudes Barros, *op. cit.*, p. 32.
8. Sobre as relações entre D. João e os comerciantes do Rio de Janeiro, ver J. F. de Almeida Prado, *D. João e o Início da Classe Dirigente do Brasil*, especialmente p. 134-61. Sobre Pedro II, ver Hélio Vianna, *Vultos do Império*, p. 214-15.
9. Antes da viagem à Europa em 1871, o imperador deixou seus *Conselhos à Realeza*, para orientação da filha, nos quais sugere explicitamente o recurso à imprensa como meio de avaliar o estado da opinião pública.
10. Para informações sobre o papel da imprensa e sobre a posição dos jornalistas em relação aos partidos políticos, ver Nelson Lage Mascarenhas, *Um Jornalista do Império (Firmino Rodrigues Silva)*. Firmino era um dos mais importantes jornalistas conservadores e tinha relações muito estreitas com o partido. O livro contém cartas de políticos a Firmino que fornecem ricas informações sobre os basidores da política.
11. A interpretação que alguns autores dão ao episódio da queda de Zacarias em 1868 como uma intervenção militar de Caxias é muito exagerada. Caxias no momento era mais um representante do Partido Conservador do que do Exército. Sobre os militares no Império, ver John Schulz, *The Brazilian Army in Politics, 1850-1894*. Sobre o episódio da queda de Zacarias, ver a bem documentada análise de Wanderley Pinho, *Política e Políticos no Império*.
12. Sobre a formação da contra-elite militar, além do texto já citado de John Schulz, ver Oliveira Vianna, *O Caso do Império*, p. 131-178; e José Murilo de Carvalho, "As Forças Armadas na Primeira República: O Poder Desestabilizador", em Boris Fausto, org., *História Geral da Civilização Brasileira, O Brasil Republicano*, tomo III, p. 181-234.
13. Ver Antonio Gonijo de Carvalho, *Um Ministério Visto por Dentro*, *passim*. O livro contém cartas de Calógeras a seus familiares. Em uma delas Calógeras diz que o ministro assinava tudo que lhe apresentava, sem mesmo tomar conhecimento do conteúdo (p. 89). Calógeras exerceu importante papel na crise que levou à interrupção das relações diplomáticas entre Brasil e Inglaterra.
14. Em amostragem de 60 intelectuais que viveram entre 1870 e 1930, L. A. Machado Neto descobriu que 80% eram funcionários públicos, inclusive os filhos de famílias ricas. Os principais romancistas do Império, como Machado de Assis, José de Alencar, Raul Pompéia, assim como o poeta Gonçalves Dias, eram funcionários. Ver L. A. Machado Neto, *Estrutura Social da República das Letras*, especialmente p. 246.
15. O uso de material genealógico para levantar "famílias políticas" foi feito por Cid Rebelo Horra em "Famílias Governamentais de Minas", *Segundo Seminário de Estudos Mineiros*, p. 43-91. Pelo volume de informações que requer e pela dificuldade das fontes, este tipo de estudo tem sido tentado principalmente em nível local ou estadual.

16. A periodização mais conhecida é a de Capistrano de Abreu, que divide o Império da seguinte maneira: Primeiro Reinado (1822-1831); Regência (1831-1840); Bases do Segundo Reinado (1840-1850); Apogeu (1850-1864); Guerra (1864-1870); Crise e Queda (1870-1889). Ver *Ensaios e Estudos*, 3ª Série, p. 115.
130. Outra divisão pode ser encontrada em Justiniano José da Rocha, posteriormente complementada por Joaquim Nabuco. Ver "Ação, Reação e Transição", em Raimundo Magalhães Jr. (org.), *Três Paralelos do Segundo Reinado*, p. 161-218; e *Um Estadista do Império*, p. 937.

CAPÍTULO 3 Unificação da elite: uma ilha de letrados